

Índice

A difícil prática do liberalismo	1
A crítica populista à democracia liberal	3

A difícil prática do liberalismo

O debate atual sobre a crise da democracia liberal não se esgota [na crítica que lhe fazem os populismos](#). Outra vertente, mais subtil, examina até que ponto o liberalismo político contemporâneo distorceu a tradição liberal, e se é verdade que os crentes têm a mesma liberdade dos outros para propor o seu estilo de vida.

Rachel Lu, articulista em vários meios de comunicação social dos Estados Unidos, aconselha os seus colegas crentes a não pedirem a lua ao liberalismo. Na sua opinião, antes de salientar os seus limites, haveria que destacar os seus contributos positivos. E um deles, que é inegável, – [escreve](#) em “Public Discourse” (7.6.2018) – é que hoje “somos verdadeiramente pessoas com sorte, com inúmeras oportunidades para tentar atingir qualquer meta que consideremos digna”, uma liberdade que não têm atualmente nem tiveram ao longo da história milhões de pessoas.

O seu realismo recorda o de Richard J. Neuhaus (1936-2009), grande defensor das conquistas da ordem democrática liberal. O fundador da “First Things” foi durante anos uma referência intelectual do catolicismo norte-americano, embora hoje pareça esquecido entre os maiores críticos da modernidade. Patrick J. Deneen, seguramente o autor que maior eco mediático tem vindo a ter neste debate, nem sequer lhe faz referência no seu livro [“Why Liberalism Failed?”](#) (“Aceprensa”, 19.1.2018). O que, por outro lado, diz muito bem do pluralismo católico.

Neuhaus via no liberalismo [“uma experiência em movimento”](#) – aperfeiçoável, portanto –, mas digna de apreço. E embora não ocultasse as tensões que podiam surgir entre a ordem liberal e

a Igreja católica, não constatava incompatibilidades de fundo. “A Igreja deve propor – incessantemente, audaciosamente, persuasivamente, atrativamente. Se nós, que somos a Igreja, não estamos a fazer isso, a culpa não é da democracia liberal, mas de nós próprios”.

Para Neuhaus, o ideal liberal não tinha motivos para ir de mãos dadas com o relativismo nem com o agnosticismo. Contra aqueles que pensam que o pluralismo exige o banimento das crenças religiosas, recordava que a praça pública nunca está nua. E que as crenças secularistas não têm obrigatoriamente de monopolizar esse espaço: como as outras, terão de fazer-se escutar através da persuasão.

Se a algo convida a tradição liberal é a conversar, a escutar e a propor a verdade sem imposições. Por que motivo teria de ser incompatível com “o método da Igreja” que deve ser sempre “o do respeito pela liberdade”, como dizia citando o seu admirado João Paulo II?

Dualidade de critérios

O que há a esperar das sociedades liberais? Se pensarmos no filósofo [John Rawls](#) (1921-2002), devemos responder que, no mínimo, duas coisas: flexibilidade para acolher as diferentes visões do mundo e estilos de vida que competem no espaço público; e neutralidade por parte do Estado que, como um árbitro imparcial, se limita a garantir que todos possam participar nessas disputas “como cidadãos livres e iguais”.

Mas isto é precisamente o que questionam os críticos desta versão tão idílica do liberalismo. A suposta neutralidade do Estado liberal desaparece, por exemplo, quando são submetidas a um [escrutínio especial](#) as convicções morais dos crentes que aspiram a um cargo público, como se os não crentes não as tivessem. Ou quando as autoridades obrigam uma determinada entidade a atuar contra o seu ideário, como pretendia fazer contra os pró-vida uma lei da Califórnia, que foi revogada pelo Supremo Tribunal dos EUA. Ou quando ameaçam multar pequenos empresários ([pasteleiros](#), [floristas](#), [videógrafos](#)...) que não querem prestar os seus serviços em casamentos *gays* por motivos de consciência. Ou quando [doutrinam](#) numa visão da família e da sexualidade contrária à que os pais ensinam aos seus filhos...

Este tipo de distorções pode explicar-se pela que introduziu na tradição liberal o liberalismo contemporâneo. Por exemplo, em "The Lost History of Liberalism" (2018), a historiadora Helena Rosenblatt defende que o liberalismo passou de um projeto ético que "nunca falava de direitos sem sublinhar deveres", para uma doutrina preocupada principalmente com os direitos e desejos individuais.

O facto de o liberalismo ter sido concebido como "um ideal moral" não o imunizou contra incoerências e erros. Mas estava longe de ser uma fábrica de egoístas: "Os liberais não deixaram de advogar a generosidade, a probidade moral e os valores cívicos". Não obstante, Rosenblatt reconhece que o conceito de liberalismo depende muito dos pensadores que sejam objeto de análise e de como forem interpretados.

Em frente

Deneen, professor de ciências políticas na Universidade de Notre Dame, vai mais longe e questiona esta visão da tradição liberal. Embora admita que nenhuma outra filosofia política obteve tanta liberdade, riqueza e estabilidade, considera que o "liberalismo progressista" é o resultado dos postulados antropológicos subjacentes ao "clássico". Daí que não se admire que um e outro, que tanto fizeram por promover o "indivíduo liberto" de vínculos, hábitos e instituições, acabem por reclamar um "Estado controlador" – nada neutral – que ponha ordem no caos.

E daí também os duros ataques que dirige às que considera duas versões diferentes – a individualista e a estatista – da mesma filosofia: "Embora os liberais conservadores afirmem defender não apenas um mercado livre, como também os valores da família e do federalismo, a única parte da agenda conservadora que foi implementada continuamente e com sucesso durante o seu recente domínio político é o liberalismo económico (...). E embora os liberais progressistas digam promover um sentido partilhado de destino nacional e solidariedade que deveria deter o avanço de uma economia individualista e reduzir as desigualdades nos rendimentos, a única parte

da agenda política da esquerda que obteve triunfo, é o projeto de autonomia pessoal, especialmente nos seus aspetos sexuais".

Deneen não pede o regresso a qualquer "idílica era pré-liberal", além do mais porque tem dúvidas que alguma vez haja existido. Neste sentido, recorda que juntamente com o enorme progresso moral que trouxeram as filosofias clássica e medieval, também houve desconexão entre essas tradições e algumas práticas sociais como "a escravatura, a servidão, a desigualdade, o desprezo pelas contribuições das mulheres, e formas arbitrárias de hierarquia e aplicação da lei". O que propõe é elevar-se sobre o conseguido até agora, para continuar a avançar com "melhores práticas".

Cidadãos por direito próprio

Adrian Vermeule, professor de direito constitucional na Universidade de Harvard, também [desconfia](#) das propostas que idealizam as supostas idades de ouro da democracia liberal. É o que fazem, afirma, os subscritores da [Declaração de Paris](#) (de 2017) com a Europa do pós-guerra; o colunista do "The New York Times", Ross Douthat, com os anos 1950-1970 nos EUA; o jornalista de origem iraniana Sohrab Ahmari, convertido ao catolicismo, vindo do ateísmo, com os finais dos anos 80 e inícios dos 90 do século XX, quando coincidiram nas respetivas lideranças, Margaret Thatcher, João Paulo II e Ronald Reagan. Na sua opinião, "se chegasse a acontecer, um retorno mágico ao velho liberalismo só reiniciaria o processo novamente".

E como é o caso de Deneen, [não o convence](#) a distinção entre o liberalismo genuíno e o progressista. Quando os defensores da tradição liberal dizem que a sanção do dissidente não tem obrigatoriamente de ser o resultado necessário do liberalismo, estão a esquecer como funcionam as coisas na vida real: a tolerância que prega o liberalismo exige tanta virtude, que se torna difícil de praticar. "O problema não é se pode existir um liberalismo clássico virtuoso, mas por quanto tempo, e quão robusto ou frágil é quando se vê afetado pelas condições do ambiente".

Ora, Vermeule rejeita a nostalgia pela "aldeia hobbit", como Ahmari designa acidamente as propostas que sugerem o recolhimento relativo dos cristãos em comunidades alternativas. Em alusão à "opção beneditina" de Rod Dreher, para este debate solicita "menos Bento e mais Ester, Mardoqueu, José e Daniel". Esta figuras do Antigo Testamento destacaram-se por ocuparem posições chave nas sociedades do seu tempo e, a partir delas, tiveram a possibilidade de exercer influência nessas sociedades. Mas, na explicação de Vermeule, pesa muito o cálculo estratégico: dá a impressão de que os cristãos estão infiltrados na ordem liberal, em vez de estarem lá por direito próprio.

Por outro lado, o núcleo da proposta de Dreher – membro da Igreja ortodoxa oriental – não é que os crentes abandonem a esfera pública, mas que abracem um estilo de vida inconformista (ver [Aceprensa, 24.5.2017](#) e [18.1.2019](#)). Deneen – católico, como Vermeule – também não quer que os insatisfeitos com a cultura dominante se retirem para um gueto: a sua proposta é criar “comunidades contraculturais”, que venham a ser verdadeiros “faróis de luz e hospitais de campanha” no meio da *polis*.

O anticatolicismo que aí vem?

De qualquer forma, entende-se a preocupação dos receosos de que uma visão demasiado crítica do liberalismo acabe por dar lugar a um retrocesso. Neste sentido, o historiador Korey D. Maas [lamenta](#) em “Public Discourse” (1.5.2019) a viragem editorial que deu a “First Things”, noutros tempos paladina do liberalismo. E alerta para uma mistura tóxica: “Como no século XIX, o anticatolicismo liberal e o antiliberalismo católico exacerbam-se mutuamente”.

Maas, que é protestante, teme que desse choque nasça um novo anticatolicismo, mais hostil. “Na medida em que destacados e influentes católicos insistam em que o catolicismo é intrinsecamente incompatível com a tradição liberal, os liberais sentir-se-ão cada vez mais legitimados para chegar à mesma conclusão”.

E conclui: “O ‘último preconceito admissível’, em vez de um preconceito irracional, será considerado cada vez mais como uma convicção justificada, assente nos argumentos racionais apresentados pelos próprios intelectuais católicos”.

J. M.

A crítica populista à democracia liberal

Na opinião pública, já é um lugar comum contrapor aos defensores da democracia liberal os populistas. Mas esta delimitação tão clara dos dois lados, útil no plano teórico, pode ser uma desculpa para evitar debates que devem existir nas sociedades liberais.

Mesmo que o liberal não seja o único modelo de democracia possível, na perspetiva do Ocidente o seu enfraquecimento costuma ser encarado como uma péssima notícia. Não é para

menos, tendo em vista aquilo que promete: direitos e liberdades fundamentais, eleições livres e imparciais, Estado de direito, divisão de poderes, opinião pública aberta, governo da maioria com proteção dos direitos das minorias...

Hoje, o diagnóstico mais habitual vincula a deterioração da democracia liberal com a ascensão do populismo. Por seu turno, os populistas alegam que não têm nenhum problema com a democracia enquanto tal. De facto, dizem, a sua aspiração é que a voz e os interesses do *povo* – daquilo que eles entendem por *povo* – estejam melhor representados.

Como explicam Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser em [“Populism: A Very Short Introduction”](#) (2019), o problema dos populistas é com aquelas formas de democracia que, na sua opinião, distorcem a vontade popular, seja mediante mecanismos de representação pelos quais a “elite corrupta” rouba a voz ao “povo puro”, seja mediante a defesa de um pluralismo que consideram contrário a essa suposta única voz. Daí a sua preferência pelas ferramentas de democracia direta.

Democracia iliberal

Esta explicação encaixa com as que apresentam os líderes políticos que atualmente se apresentam como porta-vozes do *illiberalismo*. Depois das eleições parlamentares de 2014, nas quais revalidou a sua ampla maioria, o primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán [declarou](#) a sua intenção de fazer da Hungria “um Estado iliberal, um Estado não liberal, que não rejeita os princípios fundamentais do liberalismo, tais como a liberdade e outros que poderia enumerar, mas que se nega a fazer desta ideologia o elemento central da organização do Estado. E que inclui, em vez disso, uma abordagem diferente, especial, nacional”.

Para Orbán, essa perspetiva nacional é o que vai permitir ao país recuperar o controlo numa série de temas e ganhar em democracia. Mas esta, afirma, “não tem de ser liberal”. No discurso, não fica claro o que significa isso, nem o que significaria “reorganizar o Estado (...) com base nos interesses nacionais”, embora tenha avançado algumas pistas. Por exemplo, a construção do novo Estado nacional húngaro justificaria a criação de “uma comissão [parlamentar] para controlar, registar e tornar pública regularmente a influência estrangeira” nas ONGs que operam no país.

Mais recentemente, numa [entrevista](#) para o “Financial Times” (28.6.2019), Vladimir Putin sintetizou o núcleo da crítica populista às democracias liberais, embora a Rússia esteja longe de ser uma democracia sem adjetivos. Na sua opinião, o liberalismo “excedeu os seus propósitos” ao ignorar os valores e tradições de muitos cidadãos, enquanto privilegia causas como a abertura de fronteiras, o multiculturalismo ou a diversidade sexual. “A ideia liberal ficou obsoleta. Entrou em conflito

com os interesses de uma maioria esmagadora da população". Pelo que, na perspetiva do presidente russo, se um governo voltar a tornar visíveis os interesses ou os valores do *povo* – mesmo que, de facto, esse *povo* não se possa organizar livremente para fazer oposição ao governo –, está a contribuir para melhorar a democracia.

O discurso comum a ambos os líderes poderia sintetizar-se assim: há elites que roubaram a democracia ao povo e nós – os verdadeiros intérpretes das suas exigências – vamos devolvê-la, mesmo que não seja sob a forma de uma democracia liberal...

O iliberalismo de Orbán não tem a ver com o facto de apelar à herança cristã da Hungria como uma componente do que constitui a sua identidade nacional, mas na sua convicção de que a democracia liberal é incapaz de servir os interesses do país. E o antiliberalismo de Putin não reside na sua reivindicação dos valores tradicionais, mas na sua recusa em admitir que na sociedade russa há lugar para outros que não pensam como ele.

Os limites do tolerável

Para esclarecer este debate, ajuda a [distinção feita por](#) William A. Galston – antigo conselheiro de Bill Clinton e investigador da Brookings Institution – entre as manifestações de populismo que ameaçam a democracia liberal e as que são expressão do legítimo pluralismo democrático, mesmo que não sejam apreciadas pelo progressismo cultural (um dos sentidos em que é utilizado nos EUA o termo *liberalism*).

Por exemplo, procurar a convivência dos tribunais com o governo, impedir as eleições livres ou fechar meios de comunicação social são ataques diretos à democracia liberal. Mas defender o protecionismo económico, pedir um controlo mais estrito da imigração, ou ligar este último debate à exigência de integração, não integra tal desafio. Isto são disputas “no interior da democracia liberal, não sobre a democracia liberal” (“The populist challenge to liberal democracy”, em “The Journal of Democracy”, abril de 2018).

A vantagem desta perspetiva é que permite traçar uma linha entre o que pode ser tolerado e o que não pode. Se o pluralismo é a pedra de toque das sociedades liberais, como dizem Cas Mudde e Rovira Kaltwasser, tem de se estar disposto a tolerar as várias opiniões que existem nessas sociedades. Caso contrário, é reagir de modo exagerado e dar argumentos aos descontentes com uma elite que afirma ser tolerante, embora, na verdade, não consiga suportar que alguém discorde dos seus pontos de vista.

Para difundir o apreço pela democracia liberal, haveria que deixar de repetir os erros dos populistas. Se lhes criticam dividir

a sociedade com a dialética *eles (os maus) contra nós (os bons)*, não é consequente fazer a mesma coisa confrontando os que apoiam a visão “progressista” do mundo (considerados cidadãos legítimos), com os que não a apoiam (designados por não povo). Se lhes reprovam que aspirem a monopolizar a voz do povo, deve aceitar-se também que a sociedade não tem a obrigação de pensar o mesmo em relação ao aborto, à eutanásia ou ao casamento homossexual. Se os criticam pelas suas mensagens simplistas e fraturantes, tem de se deixar de apresentá-los como pacóvios movidos pelo ódio, e investir mais tempo na arte de apresentar razões.

J. M.